



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 3 de dezembro de 2018
(OR. en)

14535/18

INST 457
POLGEN 224

NOTA DE ENVIO

de:	Presidência
para:	Delegações
Assunto:	Consultas aos cidadãos – Relatório Conjunto

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, um relatório conjunto sobre as consultas aos cidadãos, em nome da Presidência austríaca e da próxima Presidência romena.

Introdução

Na reunião informal de 23 de fevereiro de 2018, os chefes de Estado ou de Governo europeus discutiram a iniciativa, apresentada pelo presidente francês, de lançar um processo pan-europeu de consultas aos cidadãos. Com a iniciativa proposta pretende-se incentivar o diálogo com os cidadãos e contribuir para o debate sobre o futuro da Europa. Os Estados-Membros acordaram em participar a título voluntário neste processo e em conduzir as consultas de acordo com o contexto e as práticas nacionais.

As consultas aos cidadãos têm por objetivo envolver um número significativo de cidadãos europeus e identificar as suas grandes preocupações, esperanças e expectativas, no intuito de informar as deliberações dos chefes de Estado ou de Governo e de os ajudar a estabelecer as prioridades da ação da UE ao longo dos próximos anos. O processo de consulta foi concebido como um meio de identificar preocupações e colher ideias.

Os Estados-Membros têm uma longa tradição de diálogo com os cidadãos como forma de garantir e reforçar a participação pública no processo político. O compromisso ora assumido pelos Estados-Membros consubstancia a primeira vez em que se decidiu desenvolver um esforço coletivo e coordenado desta natureza (efetuar consultas simultâneas aos cidadãos em toda a Europa) e representa um contributo ímpar para o processo de reflexão em curso sobre o futuro da Europa.

O relatório conjunto, juntamente com os diferentes relatórios nacionais e com os contributos das demais instituições europeias, poderá alimentar utilmente os debates de preparação da reunião informal dos chefes de Estado ou de Governo que terá lugar a 9 de maio de 2019, em Sibiu, e da nova Agenda Estratégica para 2019-2024.

Metodologia e participação

Os Estados-Membros validaram um quadro conjunto que incluía uma proposta de calendário e princípios comuns a seguir nas consultas. Acordou-se em que as consultas seriam inclusivas e imparciais e em que respeitariam os princípios da transparência, do pluralismo político e da equidade, sendo abertas a todos os cidadãos. As consultas aos cidadãos tiveram lugar, em grande parte, entre os meses de abril e novembro de 2018, nomeadamente com o objetivo de se apresentar um relatório de síntese aos chefes de Estado ou de Governo por ocasião do Conselho Europeu.

A metodologia específica a seguir para efetuar as consultas foi deixada ao critério dos Estados-Membros, que, desde o início, acordaram em estruturar o processo em sintonia com as práticas, contextos específicos e tradições nacionais respetivos. Tratou-se de um importante esforço concertado em termos de logística, preparação e coordenação, em que os Estados-Membros dialogaram com os cidadãos numa série de contextos: reuniões tradicionais nas câmaras municipais, conferências, eventos públicos de grande dimensão, debates interativos e ferramentas em linha. Na maioria dos eventos recorreu-se às novas tecnologias e aos média sociais, como a transmissão em direto, os questionários em linha, as plataformas digitais e a contribuição colaborativa de ideias.

Em termos de envolvimento das administrações públicas e de número de eventos e participantes, o processo variou de Estado-Membro para Estado-Membro, sendo que a única constante foi o facto de as consultas se centrarem em debates aprofundados e interações com o público. Muitos dos eventos promoveram uma participação transversal a todo o espectro político, à sociedade civil, ao mundo académico, aos meios de comunicação e ao setor empresarial.

Ao efetuar as consultas, em que participaram, de um modo geral, públicos diversificados, pretendeu-se assegurar a igualdade de género, a inclusividade e a representação de quase todos os grupos da população. Grande parte dos Estados-Membros procurou também envolver cidadãos de todo o seu território, inclusive das zonas remotas, e chegar aos cidadãos que normalmente não participam em debates sobre assuntos da UE. Alguns Estados-Membros organizaram eventos centrados nas gerações mais jovens, nomeadamente debates em escolas e universidades.

A maioria dos Estados-Membros seguiu dois tipos de abordagens: debates gerais sobre o futuro da Europa e consultas temáticas sobre questões da atualidade de interesse nacional ou europeu.

Embora não constituam uma forma científica de ficar a conhecer a opinião pública (cf. sondagens de opinião), as consultas aos cidadãos contaram com uma participação mais alargada do que inquéritos como, por exemplo, o Eurobarómetro Standard. Os números indicam que terão sido organizados cerca de 1 700 eventos em toda a UE.

Para além das consultas organizadas pelos Estados-Membros, também a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu, o Comité das Regiões e o Comité Económico e Social Europeu (CESE) efetuaram consultas e debates com os cidadãos acerca do futuro da Europa. A Comissão Europeia lançou uma consulta em linha que passava por um questionário baseado nas conclusões de um painel de cidadãos. Algumas das questões serão incorporadas num novo Eurobarómetro Especial sobre o futuro da Europa. A pedido do presidente do Conselho Europeu, o Comité das Regiões organizou, ao longo dos últimos dois anos, um grande número de eventos em várias regiões europeias, enquanto o CESE promoveu o envolvimento de intervenientes-chave da sociedade civil em diálogos acerca do futuro da Europa. O Parlamento Europeu foi palco do primeiríssimo Parlamento dos Jovens.

O presente relatório não tem a pretensão de traçar uma panorâmica representativa da opinião pública de todos os cidadãos da UE, nem tampouco de refletir toda a diversidade de pontos de vista expressos em tão grande número de eventos. O relatório fornece, contudo, elementos úteis acerca das opiniões dos cidadãos sobre matérias da competência da UE e destaca a importância de se manter a sociedade civil implicada no debate sobre o futuro da Europa. Com ele se pretende apresentar uma síntese dos aspetos marcantes e das mensagens mais comuns contidas nos relatórios nacionais sobre as consultas nos diferentes Estados-Membros.

Principais constatações

As consultas aos cidadãos efetuadas nos diferentes Estados-Membros revelam que, apesar dos desafios com que se vê confrontada, a UE é vista de forma positiva pela maioria dos participantes. Assinale-se, em especial, que os cidadãos de vários Estados-Membros reconhecem a importância da adesão do seu país à UE e os benefícios a ela associados. Contudo, muitos participantes apontam também a falta de visão clara e de espírito de liderança como fatores que tolhem a UE e suscitam apelos às reformas.

São poucos os países em que o Brexit é mencionado. Nos casos em que o é, representa uma grande preocupação, mas é visto também como um fator que reforçou o sentimento de unidade da UE27 e a noção que os cidadãos têm da importância da UE e do valor de a ela pertencerem.

A migração, os desafios ambientais e a educação são alguns dos temas mais recorrentes em muitos países. Os cidadãos manifestam preocupações – e expectativas – nos seguintes domínios:

1 – Uma União segura e protegida

A **migração** figura em muitos relatórios como uma das maiores preocupações dos cidadãos da UE, sendo persistentemente considerada como uma das grandes prioridades em quase todos os Estados-Membros. A migração ilegal, em particular, é destacada em vários Estados-Membros como um desafio crucial para a Europa, sendo vista como um fenómeno que exige medidas urgentes por parte da UE e afeta diretamente a vida dos cidadãos. Nos debates sobre este tema é frequentemente pedida uma maior **proteção da fronteira externa da UE**. Em muitos países, os cidadãos reconhecem ao mesmo tempo que se trata de um imperativo humanitário para a UE. É também mencionada com frequência a necessidade de uma **política comum da UE em matéria de asilo**, de mecanismos de distribuição, e de solidariedade e responsabilidade dos Estados-Membros. Além disso, enquanto alguns cidadãos se mostram satisfeitos com a integração dos migrantes nos moldes atuais, outros há que consideram urgente desenvolver mais esforços neste capítulo.

São frequentes os apelos a que a UE se esforce mais por **conter os fluxos migratórios ilegais**. No entender dos cidadãos de muitos Estados-Membros, a UE pode fazer mais para reduzir a migração ilegal, combatendo as suas causas profundas e melhorando a segurança, as condições de vida e o nível de prosperidade nos países de origem, nomeadamente graças à ajuda ao desenvolvimento, ao comércio e ao investimento, com uma forte tónica no apoio ao crescimento económico do continente africano. Esses cidadãos gostariam que a UE cooperasse mais com os países de origem e de trânsito no intuito de facilitar os regressos. Estão convictos de que a UE deveria também aumentar a sua capacidade de resposta às situações de crise e recorrer a um multilateralismo efetivo para tratar esta questão.

Por último, no entender da maioria, o **crime organizado**, o **terrorismo**, a **radicalização**, a **corrupção** e as ameaças com eles relacionadas são questões que, pela sua natureza transnacional, deveriam ser tratadas com maior determinação ao nível da UE. Os cidadãos apelam a uma maior cooperação no domínio da **cibersegurança** e da **proteção de dados**, exprimindo muitos deles preocupações com a **desinformação** e salientando, neste contexto, a importância da literacia mediática do grande público.

2 – Uma União de convergência e competitividade

Em vários Estados-Membros os cidadãos realçam a importância do **mercado único** e o seu valor acrescentado para assegurar o crescimento económico em toda a Europa. Esta constatação é frequentemente acompanhada de pedidos de que o mercado único seja concluído, especialmente na área dos serviços e do mercado digital. Os cidadãos apontam para a necessidade de a UE promover um **modelo de crescimento sustentável** no continente europeu. Há quem apele ao aprofundamento da **União Económica e Monetária**. O euro e a futura adesão à **área do euro** são mencionados em alguns países – tanto em termos positivos como em termos negativos – e associados com frequência à necessidade de fazer mais para prevenir eventuais crises futuras.

Os cidadãos apontam também para a necessidade de a UE acompanhar a evolução tecnológica. Alguns deles exprimem o desejo de que sejam tomadas mais medidas na área da **governança eletrónica** e de que se desenvolvam **comunidades inteligentes** como modo de reforçar a dinâmica socioeconómica da UE. No atual contexto de uma nova **revolução digital**, as consultas revelam também a necessidade de promover a literacia digital e de estimular a inovação digital, delas emanando um apelo claro a que se invista de forma substancial e inteligente em investigação nesta área. A **inteligência artificial**, por exemplo, é frequentemente mencionada como um setor em que a UE deverá estar na vanguarda. Impera entre muitos cidadãos o receio de que a UE se deixe ficar para trás ou não faça o suficiente na área da **investigação**, do desenvolvimento tecnológico, da **inovação** e da digitalização.

Incentivar e **apoiar as pequenas e médias empresas** é também considerado um vetor fundamental para fazer da UE um espaço mais propício ao **empreendedorismo** ativo e assim impulsionar a sua **competitividade**. Embora a competitividade seja vista como um importante motor de progresso e crescimento, os cidadãos de vários Estados-Membros não deixam de tecer críticas acerca da divergência de normas e da qualidade dos produtos na UE. Os apelos à promoção da competitividade são, pois, contrabalançados pelas exigências de **convergência económica e social** e de promoção da **coesão** territorial.

Em termos de **fiscalidade**, as opiniões divergem. Há cidadãos que apontam para a necessidade de iniciativas legislativas em matéria de fiscalidade, como um imposto digital, ou até mesmo de harmonização das políticas fiscais. Ao invés, há também pedidos no sentido de que a tributação continue a ser da competência nacional.

Outro tema recorrente das consultas prende-se com os recursos orçamentais, no contexto do próximo **quadro financeiro plurianual**, como meio de garantir que a UE esteja à altura dos seus objetivos. No que toca à repartição dos recursos, há opiniões díspares que se traduzem, nomeadamente, em reticências quanto a potenciais cortes orçamentais que afetem a política agrícola comum e a política de coesão. Em muitos Estados-Membros, os cidadãos apelam a que o orçamento da UE seja equilibrado e represente uma mais-valia clara para o cidadão.

3 – Uma União que protege o ambiente e promove a sustentabilidade

Um elemento marcante das consultas na maior parte dos Estados-Membros é o apelo dos cidadãos a seja reforçado o papel da UE na política ambiental, bem como o sentimento de que é urgente um maior empenho na **defesa do ambiente e do clima**. Entre as sugestões formuladas contam-se a elaboração de mais e mais rigorosa **legislação** da UE neste domínio, uma maior intervenção na supervisão da **aplicação** da legislação da UE nesta matéria pelos Estados-Membros e apresentação de mais iniciativas na área do ambiente.. Os participantes referiram explicitamente, entre outras coisas, a redução das emissões de gases com efeito de estufa e das emissões tóxicas e poluentes, medidas de reciclagem mais eficazes e mais bem-estar para os animais. Em certos Estados-Membros, os cidadãos consideram que deveria ser dedicada uma maior parcela do próximo quadro financeiro plurianual às **medidas ambientais**.

É repetidamente referida em quase todos os Estados-Membros, especialmente pelos cidadãos mais novos, a luta contra as **alterações climáticas/aquecimento global**, que é **vista como um dos maiores desafios que a UE tem pela frente**. Em certos casos, as normas da União Europeia em matéria de proteção do clima são consideradas como um contrapeso da política nacional nesse domínio. Há a perceção de que as alterações climáticas afetam os mais variados domínios: não só a produção de energia e os transportes, mas também a agricultura e a produção de alimentos, bem como os nossos hábitos alimentares. De uma maneira mais geral, os cidadãos referem que é necessário um **consumo sustentável**.

É muitas vezes referida a questão da **sustentabilidade**, sendo expressa a ideia de que a inovação deveria ser avaliada em termos do valor que representa a longo prazo para os cidadãos. Algumas das propostas referem a necessidade de a regulamentação ter mais em conta critérios de ordem social e ambiental, enquanto outros participantes sentem que é preciso um impulso a nível europeu em domínios como a produção local de alimentos, a economia circular e a sobreciclagem.

Os cidadãos de certos Estados-Membros referiram a importância de também se fixarem objetivos de sustentabilidade no âmbito da **política agrícola**. Vêm a lume preocupações ligadas ao impacto das práticas agrícolas modernas sobre o ambiente, e há também quem peça uma maior proteção das paisagens rurais e um esforço concertado para colmatar o fosso entre as zonas rurais e as zonas urbanas.

Em certos casos, os debates revelam a percepção de que é insuficiente o esforço **educativo** acerca das políticas ambientais da UE e faltam incentivos práticos à "ecologização", apontando os cidadãos de certos Estados-Membros em particular a necessidade de incentivar a **transição para as energias renováveis**. Paralelamente, pede-se em certos Estados-Membros mais empenho e um maior debate sobre a incidência da agenda de ação climática sobre o quotidiano dos cidadãos.

Embora a atual infraestrutura transnacional no domínio do **fornecimento de eletricidade e da mobilidade** seja muitas vezes referida como uma realização positiva da UE, há em certos países participantes que sentem também especial necessidade de definir uma estratégia comum europeia para a mobilidade. Alguns cidadãos salientam a necessidade de a Europa tomar medidas para atender ao futuro do abastecimento energético, em domínios como o abandono progressivo da produção de eletricidade em centrais a carvão.

Dá-se também destaque à necessidade de reforçar o **papel da UE no mundo** no domínio do ambiente como um importante objetivo no atual contexto internacional exigente e em mutação. Muitos dos participantes pretendem que a União Europeia assuma um papel de liderança mundial na agenda da sustentabilidade e na luta contra as alterações climáticas.

4 – Uma União do bem-estar e das oportunidades

A **proteção social** é também uma das principais preocupações dos cidadãos. No entanto, não há consenso no que respeita à medida em que a UE deveria agir neste domínio. Há em vários Estados-Membros participantes com um forte sentido de defesa dos seus sistemas nacionais de segurança social. Ainda assim, muitos pretendem que a UE assuma um papel de maior relevo na luta contra a pobreza, a exclusão social, o desemprego, a discriminação, as ameaças aos direitos dos trabalhadores e as restrições de acesso aos serviços, bem como na resolução de problemas resultantes das mudanças de ordem societal e tecnológica, nomeadamente o **fosso digital** que importa colmatar. A sensação de que falta – ou até de que está ameaçada – **a convergência social e dos níveis de vida** entre os Estados-Membros e dentro de cada um deles é também uma preocupação recorrente expressa nas respostas dos cidadãos.

Propostas específicas – Os cidadãos contribuíram com uma grande número e variedade de ideias e sugestões para este debate sobre o futuro da Europa. Eis alguns exemplos provenientes de diferentes Estados-Membros e em diversas áreas temáticas:

- um sistema unificado de embalagem sujeita a depósito a nível da UE para reduzir os resíduos de embalagens, e um sistema de reciclagem obrigatória de garrafas de PET em toda a UE
- um Índice Bruto Europeu de Bem-Estar
- um programa curricular em matéria de cidadania e educação cívica europeia em todos os sistemas educativos da UE
- plataformas de Internet com o mesmo nível de qualidade de serviço em todos os Estados-Membros da UE

Há uma clara exigência de mais e melhores **empregos**. Os cidadãos de alguns países pedem a coordenação das regras aplicáveis ao **mercado de trabalho**, nomeadamente no que toca ao acesso e à mobilidade. Muitos são os cidadãos que põem sobretudo a tónica na geração mais jovem e no receio de uma fuga de cérebros facilitada pela livre circulação de pessoas que, paradoxalmente, é sentida por muitos como uma das mais importantes vantagens da pertença à UE. O **futuro do trabalho** e o modo como por ele serão afetados é um dos temas mais destacados pelos cidadãos, tal como a **igualdade de género**. Muitos insistem na necessidade de resolver o problema da disparidade salarial entre homens e mulheres e dos obstáculos com que as mulheres ainda deparam para entrar no mercado de trabalho. Muitos dos participantes associam a problemática da demografia em geral e do envelhecimento da população em particular aos problemas do mercado de trabalho e dos **cuidados de saúde**. Considera-se geralmente que a UE no seu conjunto pouco faz para resolver os problemas ligados à saúde e às desigualdades sociais e económicas.

Os cidadãos pedem também com insistência que a UE seja mais ativa no domínio da **educação**. As exigências expressas incidem principalmente no desenvolvimento de novas competências, de acordo com as necessidades do mercado de trabalho, no aumento da mobilidade educativa, no reconhecimento mútuo de diplomas e qualificações profissionais e técnicas, num maior investimento na ciência e na investigação, e na aprendizagem ao longo da vida. O programa **Erasmus +** é geralmente apontado como uma das maiores histórias de sucesso da UE, que importa continuar a reforçar. A aprendizagem de outras línguas europeias deverá ser incentivada, na opinião de muitos dos participantes.

5 – Uma União forte na cena mundial

Embora não seja este um tema proeminente, há a percepção de que a UE constitui uma **força benéfica no mundo**, dando os cidadãos destaque ao poder normativo da União nas suas relações com os países terceiros. Consideram que a UE exerce com êxito a pressão entre pares – pelo poder do exemplo – para projetar os seus valores, em especial os da democracia e dos direitos humanos, para além das suas fronteiras. É frequente o apelo a que a ação externa da UE assente em valores nas relações com os países terceiros; tal é visto simultaneamente como uma responsabilidade a nível mundial e como um imperativo moral. Esta apelo vem muitas vezes associado ao desejo de que a UE assuma um papel de líder mundial em determinados setores, especialmente no da defesa do ambiente.

Há entre os cidadãos um consenso no sentido de é necessária não só uma mais forte participação da UE nos assuntos mundiais, mas também **mais unidade** da União na política externa, para que esta defenda os seus interesses e valores e, acima de tudo, proteja os seus cidadãos. Muitos são os participantes que consideram que a UE é demasiado fraca, sem influência suficiente no plano mundial e muitas vezes sem capacidade para lidar com as situações de crise que se verificam na sua vizinhança estratégica. Considera-se que a ação externa da UE **carece de eficácia e credibilidade**, havendo apelos ao reforço da política externa e de segurança comum (PESC). Os cidadãos sublinham a necessidade de a UE **falar a uma só voz**, em especial no contexto das suas relações com outras grandes potências (EUA, China e Rússia). Aqui o destaque vai para a política de defesa, o alargamento e o comércio.

Muitos cidadãos entendem que a UE não deveria estar dependente de outros intervenientes no que toca à sua própria **segurança e defesa**. Todavia, muitos consideram que qualquer abordagem da UE deverá ser complementar da OTAN e não substituí-la. As opiniões expressas variam entre o simples aperfeiçoamento da coordenação e integração das capacidades civis e militares nacionais e a exigência de uma política comum de defesa com capacidades próprias. Alguns dos cidadãos veriam também com bons olhos que houvesse mais diálogo público sobre as iniciativas em matéria de segurança, como a cooperação estruturada permanente (CEP).

Os cidadãos põem também os valores no centro das políticas de **vizinhança e alargamento** da UE. Apenas pretendem que adiram à União países que respeitem as suas normas e valores e a democracia. Porém, não há total consenso quanto ao momento oportuno. Enquanto alguns defendem claramente o alargamento aos Balcãs Ocidentais, a maioria salienta que a UE precisa de consolidar a sua atual situação antes de poder avançar com mais alargamentos. No entanto, de uma maneira geral, os cidadãos consideram que há uma forte perspetiva europeia para os Balcãs Ocidentais e, em menor medida, em certos Estados-Membros, também para alguns países da vizinhança oriental.

As **relações comerciais** da UE são geralmente consideradas positivas, não sem preocupações quanto às normas sociais e ambientais nos acordos de comércio livre com países terceiros, o que vem uma vez mais evidenciar que os cidadãos europeus desejam da parte da UE uma ação baseada nos seus valores comuns. Alguns cidadãos pretendem também que a UE utilize ainda mais a sua influência económica para exercer o seu poder no mundo.

As **fraturas entre Estados-Membros** são uma fonte recorrente de preocupação em vários países. Principalmente os cidadãos dos Estados-Membros mais pequenos apontam como problemática a sensação de que não há uma genuína parceria entre países pequenos e grandes. Sentem que o principal motor das políticas da União são os interesses dos maiores, embora esta sensação esteja longe de ser unânime. Os diálogos organizados em vários Estados-Membros apontam também para um sentimento de **falta de equidade, de dualidade de critérios**, havendo a perceção de que as regras comuns nem sempre são aplicadas a todos de uma maneira uniforme. Tal como a fratura pequenos/grandes, são frequentemente apontadas outras fraturas, como o fosso entre "antigos" e "novos" Estados-Membros, bem como ao longo de certas linhas geográficas. Em resposta a esta perceção, são frequentes os apelos a uma maior **coesão e solidariedade**.

Não obstante as fraturas, a UE continua a ser reconhecida pela maioria dos seus cidadãos como uma **força benéfica** e uma comunidade unida por **valores comuns**. Como é natural, a questão suscita uma pluralidade de opiniões. Os direitos humanos, o Estado de direito, a paz e a democracia contam-se entre os valores mais frequentemente citados. O papel desempenhado pela UE na preservação da **paz** no continente europeu merece especial atenção. Os debates com os cidadãos tendem, porém, a realçar também as imperfeições da UE enquanto comunidade de valores e, em particular, o fosso entre a retórica da UE e a sua ação, o que frequentemente desencadeia apelos a que se atue com maior determinação para colmatar esse fosso.

Para reforçar o sentimento de pertença, fazem-se ocasionalmente ouvir em alguns Estados-Membros apelos à intensificação de esforços no sentido de promover o desenvolvimento de uma **"identidade europeia" comum** que, no entender de muitos cidadãos, continua hoje em dia a ser ainda mais um anseio do que uma realidade. A mobilidade e os intercâmbios, sobretudo de jovens, são considerados fundamentais para o êxito deste processo.

Se bem que a adesão a valores comuns seja vista como o verdadeiro alicerce da UE enquanto comunidade, a **diversidade** entre Estados-Membros é também sentida como um dos grandes trunfos da União. No entender de muitos dos participantes, a identidade europeia deveria coexistir com as identidades nacionais, em vez de se lhes substituir. Vários cidadãos apontam, de igual modo, a necessidade de se respeitarem as diferentes culturas nacionais. Em muitos Estados-Membros, a insistência na necessidade de respeitar as **diferenças nacionais e culturais** desencadeia muitas vezes uma reflexão sobre questões institucionais. Contrariamente ao entendimento comum, que indicia falta de interesse dos cidadãos nestas matérias, a questão das **competências** de cada entidade afigura-se para muitos de grande relevância.

De acordo com o princípio da **subsidiariedade**, a maioria dos cidadãos europeus espera que a UE se concentre em domínios aos quais possa trazer **valor acrescentado**. Uma correta repartição de competências entre o nível nacional e o nível europeu é frequentemente apontada como fulcral para o êxito do projeto europeu. Neste contexto, alargar as atribuições a domínios em que os Estados-Membros estejam em condições de alcançar melhores resultados é visto como potencialmente nefasto para a perceção que os cidadãos têm da UE, uma vez que cava ainda mais o fosso entre as capacidades e as expectativas. Embora as opiniões se dividam naturalmente no que toca à repartição de competências preferida pelos cidadãos, há uma perceção generalizada de que é possível melhorar a situação atual. Dito isto, as competências que cabem, respetivamente, aos Estados-Membros e à UE geram alguma confusão, o que contribui em parte para explicar a tão frequentemente citada **desconfiança** em relação às instituições da UE. Para tal contribui também a sensação de **falta de transparência**, que faz com que se aluda frequentemente a um **défice democrático**, e de **excesso de burocracia**, muitas vezes associada às dificuldades de acesso aos fundos da UE.

Observações finais

As consultas aos cidadãos foram favoravelmente acolhidas pela sociedade civil, tendo muitas vozes exprimido o seu apreço pela realização deste exercício de sondagem da opinião dos cidadãos. Nesse sentido, tal exercício contribui naturalmente para endereçar à sociedade civil um pedido generalizado de participação e exprimir a vontade de com ela colaborar, aspeto muitas vezes reiterado nos diálogos.

O diálogo afigura-se particularmente importante face ao desejo, repetidamente sublinhado pelos cidadãos ao longo das consultas, de melhor compreenderem a forma como a UE funciona e o significado da pertença à UE. Fizeram-se ouvir numerosos apelos a que se intensifiquem esforços para promover um melhor conhecimento da UE. No entender de muitos cidadãos, tal deverá ser feito através de iniciativas específicas, mas também mediante a simplificação da linguagem utilizada pela UE para comunicar com os cidadãos. A linguagem excessivamente obscura e burocrática é muitas vezes apontada como um dos grandes obstáculos à interação entre os cidadãos e as instituições da UE.

O êxito dos diálogos organizados nos diferentes Estados-Membros repercute-se também nos apelos a que esta colaboração prossiga. Incentivar a ação e o debate sobre questões da UE ao nível das bases é visto pelos cidadãos como particularmente importante. De facto, a iniciativa de consultar os cidadãos inscreve-se na linha de outras práticas, já bem enraizadas em vários Estados-Membros, que visam incentivar o diálogo sobre a UE ao nível das bases.

Face às considerações acima expostas, o presente relatório constitui uma tentativa de dar a conhecer um processo heterogéneo, tanto na forma como no conteúdo. Não se pretende com ele fazer uma síntese definitiva do diálogo com os cidadãos a nível nacional, que prosseguirá sob diversas formas. O relatório deverá antes ser visto como um contributo para os esforços que têm vindo a ser envidados para melhorar a participação da sociedade civil, no intuito de informar os debates dos dirigentes sobre o futuro da Europa e de definir a próxima agenda estratégica.
